XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO ESPORTE NA CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA E DE LAZER DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Lia Polegato Castelan

IFSULDEMINAS – campus Muzambinho

RESUMO

O Governo Democrático e Popular que assume a gestão do Estado brasileiro a partir de 2003 afirma que os espaços de participação popular são os lugares privilegiados de formulação das Políticas Sociais. No caso do Esporte e Lazer temos a criação das Conferências Nacionais do Esporte (CNE). Porém, observamos que as propostas aprovadas nas Conferências não têm sido implementadas e a pauta prioritária do Governo Federal são os Megaeventos esportivos, que não foram deliberados em nenhum espaço de participação popular. Este trabalho traz elementos de reflexão sobre o alcance das Conferências Nacionais do Esporte como espaço de formulação de política pública da área e em que medida isso se dá. Para tanto analisamos no período de 2003 a 2010 documentos, leis, outros dispositivos políticos e normativos da área de esporte e lazer, entrevistas, questionários, matérias jornalísticas e o Orçamento Federal. Percebemos que as deliberações aprovadas nas Conferências estão presentes em algumas leis, documentos e no texto da Política Nacional do Esporte, porém não estão expressas nos gastos governamentais.

Palavras chave: *políticas públicas, educação física, lazer.*

ABSTRACT

From 2003, the Democratic and Popular Government, who takes over the management of the Brazilian State, says that the spaces of popular participation are the privileged places for the formulation of social policies. In the case of Sports and Leisure, we create the "Conferência Nacional do Esporte" -CNE- (National Conference of Sports). But, we found that the proposals approved at the Conferences have not been implemented and the priority Agenda of the Federal Government is the mega-events, which were not deliberate on any public participation space. This work brings elements of reflection about the scope of the National Conference of Sports as a space for formulating of Public Policy in this field and the extent to which this occurs. To achieve this purpose, we analyzed, during the period from 2003 to 2010, documents, laws, political, journals and magazines, the Federal Budget and regulatory devices in the area of sport and leisure. We also made some interviews and fill up some questionnaires. We realize that the decisions adopted at the Conference are present in some laws, documents and in the text of the National Sport Policy, however, they are not expressed in government spending.

Key words: *physical education, public policy, leisure.*

RESUMEN

Desde 2003, el Gobierno Democrático y Popular, que se haga cargo de la de gestión del Estado brasileño, dice que los espacios de participación popular son los lugares privilegiados para la formulación de las políticas sociales. En el caso de los deportes y tiempo libre, crea la "Conferência Nacional do Esporte"-CNE-(Conferencia Nacional de Deportes). Pero encontró que las propuestas aprobadas en las Conferencias no se han aplicado y el Agenda de Prioridades del Gobierno Federal es el mega-eventos, que no fueron deliberados en cualquier espacio de participación pública. Este trabajo aporta elementos de reflexión sobre el alcance de la CNE como un espacio para la formulación de políticas públicas en este ámbito y la medida en que esto ocurre. Para lograr este propósito, se analizó, durante el período de 2003 a 2010, los documentos, leyes, revistas políticas, y las revistas, el presupuesto federal y de reglamentación dispositivos en el ámbito del deporte y el ocio. También hicimos algunas entrevistas y llenar algunos cuestionarios. Nos damos cuenta de que las decisiones adoptadas en la Conferencia están presentes en algunos leyes, los documentos y en el texto de la Política Nacional del Deporte, sin embargo, no se expresan en el gasto público.

Resumen: *la edución física, al orden público, El ócio.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa sobre o papel das Conferências Nacionais do Esporte (CNE) na formação da agenda das políticas públicas nacionais de esporte e lazer durante a gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, nos anos de 2003 a 2010, sendo o último ano não completo pela indisponibilidade dos dados no momento de fechamento deste trabalho.

Observamos que este governo que perseguiu a meta da participação popular na formulação das políticas públicas de todas as áreas, e no campo do esporte e lazer não é diferente: temos as Conferências Nacionais e Fóruns Setoriais. Documentos e pronunciamentos oficiais são claros ao afirmar que as decisões tomadas nesses espaços devem servir para a orientação das ações do Ministério, a agenda política da área, como podemos ver, por exemplo, neste trecho do documento preparatório da I CNE (2004):

> *"A Conferência Nacional do Esporte, convocada pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configura-se com um espaço de debate, formulação e deliberação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o país" (Brasil, 2010a).*

Porém, não é necessário um grande estudo para constatar que há uma enorme diferença entre a agenda política proposta pelas Conferências e a cumprida pelo Ministério do Esporte. Isso pode ser conferido numa simples consulta à página do Ministério do Esporte na internet, onde estão disponíveis as resoluções das Conferências e as notícias sobre a agenda política da pasta. O descompasso entre a formulação e a efetividade das ações governamentais foi nosso fio condutor e elemento ao qual buscamos dar comprovação e visibilidade.

Para dar conta da tarefa buscamos elaborar uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, análise de documentos e dispositivos normativos, análise de peças orçamentárias, matérias jornalísticas, discursos de Ministros e do Presidente, entrevistas e a aplicação de um questionário. As diversas fontes foram analisadas buscando compreender como se dá e qual o tamanho do descompasso entre a agenda política prevista pelas Conferências Nacionais do Esporte e executada na área de esporte e lazer nos últimos oito anos.

DESENVOLVIMENTO

Levantar pontos para a reflexão sobre os avanços e limites da participação popular em nosso campo é uma tarefa que se justifica pelos poucos estudos na área e pela enorme importância que reconhecemos ter os espaços onde a sociedade e o governo se encontram para debater assuntos de interesse nacional e deliberar sobre políticas públicas. O objetivo é apresentar as Conferências Nacionais do Esporte dentro de uma perspectiva múltipla, que desvende as conexões e funcionalidades desta política, e a sua relação com diversas manifestações e dimensões postas e formadas ao longo do tempo estudado (Boschetti, 2006).

Iniciamos com um levantamento dos principais dispositivos políticos, legais e normativos do Governo Federal para o esporte e lazer do período estudado, que visa a compreensão da hierarquia e do nível burocrático que os documentos e dispositivos legais apresentam, para situarmos as CNE neste cenário.

Num segundo momento buscamos apreender o teor dos documentos aprovados nas três CNEs, e por fim, faremos uma proposta de análise do Orçamento Federal para a área buscando verificar as convergências e divergências entre as deliberações das conferências e os gastos governamentais.

. Para uma análise mais radical do papel das Conferências enquanto espaço de formulação de políticas de esporte e lazer é necessário responder as seguintes questões:

- Quais são as leis e os dispositivos que podem potencialmente pautar a agendado Ministério do Esporte?
- Como estes dispositivos se relacionam e qual a hierarquia que eles guardam entre si?

De forma resumida, temos que as deliberações das Conferências não podem se sobrepor ao Plano Plurianual (PPA) que estiver em exercício, apesar de poder intervir na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), caso não contrarie o PPA. Por outro lado a Conferência, por ser um espaço deliberativo, tem como objetivo nortear a Política Nacional do Esporte (PNE), e ambas (PNE e Conferências) balizariam o PPA seguinte.

Sendo assim, o PPA 2004/2007 não poderia ser alterado pelas deliberações das duas primeiras conferências, porém os gastos orçamentários dos anos de 2005 até 2009 deveriam trazer em suas prioridades as deliberações populares, assim como o PPA 2008/2011 e a PNE. Cabe enfim a análise da medida em que os dispositivos foram influenciados pelas CNEs. Para esta compreensão apresentamos as três Conferências Nacionais do Esporte que aconteceram durante o período por nós delimitado (2003–2010). A I CNE (2004), com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, a II CNE (2006), intitulada “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, e a III CNE (2010) cujo título dizia “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais”.

Através da análise das deliberações podemos afirmar que as três conferências foram muito parecidas e seguiram uma mesma linha de coerência, que passa pela determinação de se democratizar com qualidade as práticas de esporte e de lazer no Brasil.

Mesmo a III CNE, cujo tema é destoante dos temas principais das duas conferências anteriores, e cujo objetivo do Governo federal era um espaço voltado para pensar a organização do alto rendimento no Brasil, as propostas aprovadas vão, na sua maioria, na direção de ampliar o acesso ao esporte e lazer em suas diferentes manifestações, e atender a grupos com diferentes interesses e necessidades. A prática esportiva descompromissada com o alto rendimento e o direito ao lazer esteve fortemente presente nas três edições da Conferência, inclusive nos debates e documentos finais da III CNE.

Entre as propostas que se repetiram destacamos: a ampliação e qualificação do monitoramento e da avaliação de resultados dos programas do ME e a promoção e implementação de programas e ações que visem à prática de atividades físicas para a população em geral, respeitando a acessibilidade.

Mesmo no eixo temático do alto rendimento as propostas aprovadas nas três conferências vêm no sentido de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos feita pelas entidades esportivas e de um maior controle social dos gastos do alto rendimento.

Nas edições do evento constatamos também a necessidade de maior aporte financeiro para a implantação dos programas e ações que colaboram com as propostas aprovadas. Isso ficou claro, por exemplo, na proposta aprovada pelos três eventos, que propõe a vinculação de verbas da União, Estados e Municípios para aplicação em Esporte e Lazer. Interessante notar que não apenas a vinculação de verbas do Estado em seus diferentes níveis foi aprovada, mas também que este recurso fosse usado prioritariamente no esporte educacional, ou na democratização das práticas esportivas e de lazer. Além disso, temos a proposta de criação de outras fontes de financiamento, como um fundo nacional esportivo, também ligado à democratização do acesso ao esporte, mesmo quando adjetivada como "esporte de base".

Ao relacionar a análise dos documentos acima e os outros dispositivos principais do Governo Lula para a área de esporte e lazer vemos que de fato, no texto da Política Nacional do Esporte (2005) estão expressas idéias e conceitos debatidos e aprovados na I CNE. Não podemos afirmar o mesmo do PPA 2008/2011. Este não apresentou modificações na direção da incorporação das deliberações das duas CNE que antecederam a elaboração do documento. A relação do Orçamento Federal com as propostas aprovadas nas CNEs é mais sutil e teve que ser avaliada somente após uma análise cuidadosa das peças orçamentárias do período. Na nossa pesquisa usamos os dados do Portal da Transparência.

O Portal Transparência é um site do governo federal, administrado pela Controladoria Geral da União (CGU), em que o cidadão encontra informações referentes às despesas do governo federal (gastos diretos e transferências de recursos), receitas previstas e realizadas pelo governo federal, convênios firmados, cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e a situação funcional dos servidores do poder executivo federal e informações para o incremento do controle social. Porém, os dados publicados não são claros quanto à efetivação do gasto executado, se foi feito em ações do programa no qual ele consta ou se não tem relação nenhuma com as ações do mesmo, apesar de constar no programa. Este é o maior desafio na avaliação do orçamento de programas sociais.

Como método de trabalho selecionamos os "gastos diretos" e as "transferências de recursos" efetuada pelo Governo Federal por ano, de 2004 a 2009, disponíveis no Portal da Transparência. O intervalo estudado vai do primeiro ano em que os dados estão disponíveis (2004), até o último ano que está com os dados completos (2009). Coincidentemente, estes anos são todos do período estudado por nós, tendo faltado apenas os anos de 2003 (quando os dados ainda não estavam disponíveis), e do ano corrente quando da realização do trabalho (2010), em que os dados disponíveis ainda não estão completos.

Reunimos em nosso estudo todos os gastos feitos na função 27 (Desporto e Lazer) e não apenas os gastos feitos pelo Ministério do Esporte. Com isso juntamos os gastos que tiveram origem em diferentes Ministérios, tais como Planejamento, Orçamento e Gestão e Defesa, por exemplo.

Depois separamos os dados por programas e uma avaliação cuidadosa foi capaz de mostrar que eles poderiam ser divididos em 4 tipos de gastos que interessavam para compreender se as deliberações das CNEs incidiam de fato sobre a execução orçamentária:

- "Brasil no Esporte de Alto Rendimento" e "Rumo ao Pan", são os programas que se remetem diretamente ao esporte de alto rendimento.
- "Esporte e Lazer da Cidade", que é o programa social de esporte e lazer que tem um perfil de amplo atendimento à população em diversas faixas etárias e em diversas manifestações de lazer. É o programa que mais se aproxima da idéia de democratização das práticas de esporte e lazer.
- "Segundo Tempo", que é declaradamente o principal programa social do ME48, atendendo jovens em idade escolar.
- "Outros", que compreende os gastos feitos em outros programas e juntos somam cerca de 3% do Orçamento da área 27.

Gastos com Gestão do Ministério e Apoio administrativo foram excluídos.

Percebemos a necessidade da colocação de novos filtros para chegarmos aos dados realmente investidos em cada programa, por isso excluímos os gastos com a construção de infra-estrutura e reformas/manutenção dos espaços. Isso por entendermos que as emendas parlamentares são apresentadas na forma de construção e reforma de equipamentos esportivos, e que, na quase totalidade das vezes estes investimentos não são feitos pelos gestores dos programas. Dessa forma, acabam se configurando apenas em uma benfeitoria material a algum equipamento isolado, cujo investimento só se justifica pela vontade do parlamentar em agradar aqueles eleitores e não por colaborar com os programas já existentes. Soma-se a isso o fato dessas emendas, na maior parte das vezes, serem depositadas em um mesmo programa, qual seja, "Esporte e Lazer da Cidade". Isso por que o programa citado permite a construção e a reforma de equipamentos que atendam a todas as idades e diversas manifestações, e não apenas esportivas, mas de lazer também. Por outro lado, programas como "Segundo Tempo" atendem apenas escolas e escolares, por isso restringe as possibilidades de construção/reforma de um equipamento. Já as obras feitas dentro dos programas voltados para o alto rendimento são usadas majoritariamente para a realização de provas de porte nacional e internacional, ficando subutilizadas ou entregues por concessão à iniciativa privada após o evento para o qual foi construída.

Uma forma de confirmamos nossas afirmações sobre o uso de programas como depósito de emendas parlamentares que não se relacionam necessariamente com a ação do programa é verificar se depois de repetidos os investimentos massivos em infra-estrutura de um programa há um correspondente aumento do valor gasto em funcionamento do programa nos anos seguintes. A análise dos dados do orçamento executado deve apontar em que medida o funcionamento de núcleos de esporte e lazer corroboram com as deliberações (notadamente núcleos dos programas "Esporte e Lazer da Cidade" e "Segundo Tempo"). Isto pode ser feito através da observação da quantidade de dinheiro realmente investida pelo governo federal nestas ações. Como esperamos perceber qual programa é priorizado pelo governo, faz-se necessária uma comparação entre os programas em questão e os voltados à prática do alto rendimento.

CONCLUSÃO

Para uma melhor visualização dos dados com relação às CNEs, dividimos o período estudado em 3:

1) Os dados de 2004 - o primeiro avaliado, não teve as contribuições da I CNE em sua execução, pois conforme já visto, ela aconteceu durante o ano analisado. Mas os dados extraídos do Portal da Transparência já indicam como a distribuição do dinheiro se dava de acordo com a dimensão esportiva em questão.

O total investido nos programas analisados, considerando-se todos os Ministérios e Órgãos do Governo Federal foi de R$ 126.952.353,36. Este total foi dividido da seguinte forma:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 47.307.908,72	37%
Segundo Tempo	R$ 41.515.488,24	33%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 38.128.956,40	30%

Tabela 1

Ao considerarmos apenas os valores investidos em funcionamento dos programas, vemos que há uma modificação profunda nos dados da tabela, com um valor proporcional muito reduzido dos gastos com o programa Esporte e Lazer da Cidade:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 35.863.598,89	48%
Segundo Tempo	R$ 31.669.984,69	42%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 7.031.697,05	9%

Tabela 2

2) Os dados de 2005 a 2007 - As aplicações dos recursos federais em Esporte e Lazer desses anos deveriam refletir a tensão entre as deliberações da I CNE (e II CNE em 2007)e os investimentos necessários para a realização dos jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos (compromisso assumido pelo governo anterior).

O gasto total do Governo Lula em Esporte e Lazer no período (R$1.713.914.500,84) ficou assim distribuído:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 948.769.129,11	55%
Segundo Tempo	R$ 274.017.044,37	16%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 491.128.327,34	29%

Tabela 3

Mais uma vez, ao diminuirmos do gasto os valores investidos em infra-estrutura, observamos uma modificação na tabela, onde apenas os gastos com esporte de alto rendimento se mantém praticamente inalterados, acima de 50% dos gastos da área:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 334.577.799,09	56%
Segundo Tempo	R$ 223.581.082,53	32%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 35.330.542,32	6%

Tabela 4

3) Nos anos de 2008 e 2009 – Esperava-se uma modificação no padrão de gastos com a função "Desporto e Lazer", principalmente pelos seguintes motivos:
Fim dos jogos Pan e Parapanamericanos de 2007;

- As deliberações das duas Conferências já realizadas neste período apontavam para um investimento estatal em esporte educacional e de participação, assim como indicavam que o esporte de alto rendimento deveria buscar recursos prioritariamente na iniciativa privada;
- Impacto da Lei de Incentivo ao esporte que começa a captar recursos em 2007;
- O alto investimento em infra-estrutura no período anterior para o programa Esporte e Lazer da Cidade pressupunha que houvesse um aumento significativo no investimento feito nos funcionamentos dos seus núcleos após a conclusão das construções e reformas efetuadas de 2005 a 2007;
- Ainda não existem investimentos coordenados na dimensão alto-rendimento motivadas pela Copa FIFA 2014 e pelas Olimpíadas e Para-Olimpíadas de 2016.

À primeira vista parece que os investimentos totais feitos na área acompanharam a movimentação esperada a partir da análise dos dados das Conferências Nacionais do Esporte e temos um aparente incremento nos valores investidos no esporte educacional e de participação, que somados, têm 81% do total. Vejamos:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 9.163.665.657,88	19%
Segundo Tempo	R$ 18.240.763.673,83	39%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 19.724.693.232,35	42%

Tabela 5

Porém esta falsa impressão é logo desfeita ao considerarmos apenas os valores em investimentos feitos em cada dimensão esportiva:

Tipo de Dimensão/Programa	Valor executado	Porcentagem
Alto Rendimento	R$ 8.737.645.334,36	65%
Segundo Tempo	R$ 3.146.187.550,22	24%
Esporte e Lazer da Cidade	R$ 1.564.972.716,84	11%

Tabela 6

Assim como nos períodos anteriores o esporte de alto rendimento recebe mais da metade dos recursos investidos em funcionamento dos núcleos, e teve nos últimos anos analisados um acréscimo na proporção destinada a suas ações.

Fica evidente que os investimentos em funcionamento dos núcleos do programa Esporte e Lazer da Cidade, ou seja, no programa que mais se aproxima da democratização das práticas de esporte e lazer são muito inferiores aos outros programas. Desta forma podemos afirmar que se os grandes gastos com infra-estrutura do programa efetuados desde o primeiro período analisado viessem acompanhados de uma política de funcionamento dos núcleos recém-implementados seria impossível no prazo estudado que os gastos com funcionamentos dos núcleos de Esporte e Lazer da Cidade não tivessem aumentado significativamente.

As Conferências (sobretudo a primeira e a segunda) serviram de expressão de um grupo político contra-hegêmonico, que, pelos textos das leis que foram promulgadas após os eventos em questão, conquistaram uma determinada força política e conseguiram, conjunturalmente, se impor no texto da Lei em relação à visão conservadora de esporte.

Porém as disputas ganhas pelos setores mais progressistas da Educação Física e do Esporte não tiveram força suficiente para se impor na concretização de políticas públicas, e nos últimos anos (sobretudo após 2006). Pelo teor dos documentos e dos pronunciamentos e pela execução orçamentária, percebemos que alguns interlocutores antigos e reacionários do campo Esportivo Nacional continuam ditando a agenda política nacional significativamente. Isso se deu não apenas no campo esportivo, mas extrapolando suas deliberações a políticas de Estado, como é o caso da sediação da Copa do Mundo de 2014, e dos Jogos Olímpicos de 2016. Observamos que a diferença entre o Orçamento Federal executado e as leis e dispositivos legais encontrados no período nos induzem a pensar que se tratam de coisas diferentes, que não poderiam conviver em um mesmo governo, por serem incoerentes e excludentes entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boschetti, I. Dimensões, categorias e indicadores para a avaliação de políticas sociais. Texto didático para a disciplina de Análise de Políticas Sociais. Programa de pós-graduação em Política Social. SER-UnB, 2006.

Bourdens, E. P. J. O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006). São Paulo, Editorama: 2007.

Brasil. (01 de janeiro de 2003). Lei . *Medida Provisória número 103* . Brasília, Brasil.

_____. (14 de Setembro de 2006). Lei n° 11.345 - Timemania. Brasília.

_____. (2004). *Esporte, lazer e desenvolvimento humano - texto final da I Conferência Nacional do Esporte.* Brasília.

_____. (2005). Política Nacional do Esporte. Brasília.

_____. (2006). Considerações sobre o Sistema Nacional do Esporte proposto pelo Estatuto do Esporte. Brasília.

_____. (2006). II Conferência Nacional do Esporte - documento final. Brasília.

_____. (2006). II Conferência Nacional do Esporte: Sistema Nacional do Esporte. Brasília.

_____. (2006). Texto Básico para as etapas da II Conferência Nacional do Esporte. Brasília.

_____. (2010). *O que é III Conferência Nacional.* Disponível em http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/oQueE.jsp. Acesso em: Julho de 2010.

_____. (21 de Janeiro de 2004). Institui a Canferência Nacional do Esporte dá outras providências. *Decreto Presidencial* . Brasília.

_____. (Junho de 2010). *Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte.* Disponíel: http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/resolucoesIIICNE.jsp. Acesso em: Julho de 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. (2007). *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: MP.

Controladoria Geral da União. (s.d.) *Portal da transparência*. Disponível em http://www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso em: Setembro de 2010,

Ministério do Esporte, Caderno 1: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009a.
_____, Caderno 2: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009b.
_____, Caderno 3: Programas e Ações do Ministério do Esporte, In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009c.
_____, Cartilha de Orientações, In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009d.
_____, Texto Básico, In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009e.
_____, Caderno 19 *In*: Brasil. Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007. Brasília: 2008.

_____. (s.d.). *Ministério do Esporte*. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=6317. Acesso em: 29 Julho 2010.

Souza, C. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

_____, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

Terra, A. M., Brandão, H. C., Flausino, M. d., & Mascarenhas, F. (2008). *As conferências Nacionais do Esporte: avanços e limites na construção das políticas de Esporte e Lazer.* Goiania.

Universidade do Futebol. Entrevista com Lino Castellani Filho. Realizada em 23 de Julho de 2010. Disponível em www.universidadedofutbol.com.br Acesso em: 10 set. 2010.

Veronez, L. F. C. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. Tese de Doutorado. Unicamp, Faculdade de Educação Física: 2005.

Rua Dr. Samuel de Assis Toledo, 307
Jardim Itália, Muzambinho-MG
CEP 37890000
lia.castelan@gmail.com

Recurso tecnológico necessário para apresentação: data show